



Um estudo sobre a educação escolar quilombola no estado de Alagoas

José Bezerra da Silva⁽¹⁾; Max Silva da Rocha⁽²⁾

⁽¹⁾Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Professor de Filosofia da Faculdade São Tomás de Aquino – FACESTA em Palmeira dos Índios – AL. E-mail: filosofojb@hotmail.com; ⁽²⁾Graduando do 6º período do curso de Letras – Português pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL campus III em Palmeira dos Índios - AL. E-mail: msrletras@gmail.com.

Página | 380

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2016; Aceito em: 20 de março de 2016; Publicado: 06 novembro 2016. Copyright© Autor, 2016.

RESUMO: O Estado brasileiro comprometido com as disposições neoliberais do capital tem ajustado a educação nacional a essas disposições. No contexto deste projeto, destaca-se a modalidade educação escolar quilombola, que prioriza o território, a ancestralidade, a oralidade e a cosmovisão africana. As ações estatais visam cumprir as agendas das conferências mundiais Educação Para Todos, realizada em 1990 e a III Conferência de Combate ao racismo, à discriminação e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001. Apesar da importância dessa modalidade de educação e da responsabilidade estatal com a população afrodescendente, o Estado de Alagoas não vem atendendo àquelas exigências, haja vista o descompromisso com a educação quilombola das 64 comunidades existentes no estado. Com este artigo queremos explicitar a formação da Educação Escolar Quilombola, destacando a sua imensa importância para os quilombolas, seus vínculos com o neoliberalismo e o desinteresse do Estado de Alagoas com a sua implantação.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação Escolar Quilombola. Estado de Alagoas.

ABSTRACT: The Brazilian government committed to neoliberal capital provisions have set national education to those provisions. In the context of this project, there is the quilombola education system, which prioritizes the territory, ancestry, orality and the African worldview. State actions aimed at fulfilling the agendas of global conferences Education for All, held in 1990 and the Third Battle Conference against racism, discrimination and Related Intolerance, held in 2001. Despite the importance of this type of education and state responsibility with the population African descent, the State of Alagoas is not meeting those requirements, given the lack of commitment to the quilombo education of 64 existing communities in the state. With this article we want to explain the formation of the Quilombola School Education, highlighting its immense importance to the Maroons, their ties to neo-liberalism and the disinterest of the State of Alagoas with its implementation.

Keywords: Neoliberalism. Education School Quilombo. State of Alagoas.

INTRODUÇÃO

A população afro-brasileira, historicamente relegada ao analfabetismo crônico, vem sendo beneficiada neste século XXI com a educação básica. Para tanto, da União proliferaram órgãos e normas voltados para a dinamização daquele complexo, visto que o mesmo se enquadra no recém-perfil sócio-político-econômico mundial. Assim, a ampliação da educação com vistas a “incluir” os afro-brasileiros se deu em três frentes: primeira – aquela direcionada para combater o racismo, como se vê na obra “Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais”, reimpressa em 2010 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), e a obra “Superando o Racismo na Escola”, organizada pelo antropólogo negro Kabengele Munanga e também publicada pela Secadi, sendo que a versão aqui utilizada é de 2005. Segunda – aprovação do sistema de cotas por diversas universidades brasileiras, a começar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, conforme nota de rodapé da página 99 do livro “Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial”, de autoria de Demétrio Magnoli e publicada pela editora Contexto, bem como o livro “O negro na Universidade: o direito a inclusão”, organizado por Pacheco e Nilza da Silva, e publicado pela Fundação Cultural Palmares, em 2007 e por último a elaboração da Educação Escolar Quilombola, cuja sistematização foi iniciada com a Conferência Nacional de Educação – CONAE, em março/abril de 2010 e se consolidou com a realização do I Seminário Nacional sobre Educação Escolar Quilombola, em Brasília, nos dias 09 a 11 de novembro de 2010, e impulsionada com a aprovação, no dia 05 de Junho de 2012, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

É de se crer que o interesse da União em conceder educação aos remanescentes da escravidão não é gratuito. Ao contrário, se enquadra no perfil sócio-político-econômico desencadeado pelo capital, e em atendimento aos ditames de organismos internacionais, sobretudo do Banco Mundial, o qual não somente financia a educação básica (ler, escrever e contar) dos países periféricos, como ainda planeja, disponibilizam técnicos e especialistas para formatarem o complexo educacional subordinando-o aos princípios mercadológicos da concorrência e do lucro. Por isso, o empresariado nacional é, atualmente, o agente principal encarregado de cuidar do complexo educacional do nosso país, como deixa claro Susana Jimenez, em artigo que compõe a obra “Marxismo, Educação e Luta de Classes”, publicada pela EdUECE, em 2010. Na mesma obra, Freres, Rabelo e Mendes Segundo prelecionam:

Em favor da retomada da recuperação dos ganhos de mercado, o propósito da educação, no final do século passado, passou a ser determinado pelo Banco Mundial, que elaborou um Programa de Educação Para Todos (EPT) a ser implantado em todos os países-membros da UNESCO, cujo procedimento remete a profundas reformas educacionais, que incidem, com maior ênfase, no território das populações dos países periféricos e/ou em desenvolvimento. (FRERES et al, 2010, p. 51).

O programa Educação Para Todos (EPT) resulta da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, de 05 a 09 de março de 1990. Onze anos depois se realizou a III Conferência Mundial contra o Racismo, à Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, África do Sul, entre os dias 31 de agosto a 07 de setembro de 2001. Ambas as conferências foram coordenadas pelas Nações Unidas (ONU), com a participação do Banco Mundial. Desse modo, o nosso país, após acatar as decisões daquelas conferências, decidiu incrementar a educação básica, pois ficou claro nas declarações daqueles organismos que a educação é o meio mais adequado de reduzir as desigualdades sociais, portanto, minimizar a pobreza e em transformar os pobres em cidadãos consumidores.

É sob este formato que se vem elaborando a Educação Escolar Quilombola, a qual aparece interligada ao projeto macro de educação nacional, pondo em destaque as individualidades das comunidades, considerando os valores culturais locais, as práticas sociais, religiosas, à oralidade e vínculos de pertença ao grupo. Considera importantíssimo o combate ao racismo e a discriminação, a reestruturação física das escolas, a formação continuada dos professores/as, o debate sobre o território e a territorialidade, fatos que podem fortalecer a vida dos jovens quilombolas em busca de maior participação cidadã.

Essa supervalorização da Educação Escolar Quilombola parece atrativa se não fosse o profundo vínculo que mantém com o modelo de sociabilidade neoliberal presente. Por isso, não veicula a problemática de classe social, nem toma uma postura radicalmente crítica, não aponta para a superação da sociabilidade do capital e nem denuncia a figura do Estado enquanto instrumento capaz de conceder cidadania. Estes aspectos, constitutivos fundamentais do modo capitalista de produção, são trazidos aqui através da leitura de autores como Bertoldo (2009), Tonet (2005) e Mészáros (2008). Assim, enroscada no modelo sócio-político-econômico em vigor, ou seja, no modelo neoliberal, parece ter por fim contribuir na formação de cidadãos consumidores, fato que se consubstancia nos atos de ler, escrever e contar.

Segundo dados do Instituto de Terras de Alagoas – (ITERAL) há no Estado 64 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e uma em

processo de certificação. Trata-se de Lajeiro Bonito, no município de Senador Rui Palmeira. Em visita a várias dessas comunidades e dialogando com lideranças e educadores, percebe-se o desleixo do Estado com a educação. Algumas vêm ensaiando projetos de combate ao racismo e à discriminação e os professores/as se mostram comprometidos com a temática afro, mas outras nem tanto. Assoma-se a isto o fato de que a maioria das comunidades não dispõe do ensino fundamental completo e os alunos quilombolas iniciam seus estudos na escola situada na comunidade, depois se dirigem a uma comunidade próxima ou a sede do município para concluir o ensino fundamental e cursar o ensino médio. Desses são raros os que chegam à universidade.

Diante destes fatos, põe-se o problema: foi ou está sendo implantada a Educação Escolar Quilombola nas escolas situadas nas comunidades quilombolas de Alagoas? A fim de melhor tratar deste problema, dividimos este artigo em três itens: 1 – O perfil da Educação Escolar Quilombola – neste item a citada educação será pormenorizadamente caracterizada de conformidade com as propostas elencadas no I Seminário Nacional de Educação Escolar Quilombola e as Diretrizes Nacionais sobre Educação Escolar Quilombola. 2 – Educação com vínculos neoliberais – neste item tentar-se-á demonstrar a vinculação da Educação Escolar Quilombola com a sociabilidade neoliberal, onde prevalece a lógica do mercado, a educação se constitui em instrumento de consenso entre as classes e fica patente a presença do Banco Mundial enquanto colaborador fundamental desse processo. 3 – As ações do Estado de Alagoas voltadas à Educação Escolar Quilombola – demonstrar-se-á neste item que as ações do Estado de Alagoas são mínimas no sentido de qualificar professores e professoras, gestores e demais interessados para trabalharem a Educação Escolar Quilombola, e que o modelo educacional que vem sendo praticado nas comunidades remanescentes vai de encontro às lutas por melhorias sociais, por exemplo, a demarcação de seus territórios, atendimento adequado da saúde, substituição das residências de taipa por construções de alvenaria, entre outras. Por fim as razões finais deixam em aberto o caminho para o debate, com vistas a provocar os educadores e as educadoras das comunidades quilombolas a se apropriarem da Educação Escolar Quilombola, tomando-a dialeticamente como instrumento de luta, com vistas a contribuir no processo de formação de uma sociabilidade plenamente emancipada.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A sistematização da educação nacional tem se dado de forma diferenciada a fim de satisfazer as exigências dos diferentes grupos e dos movimentos sociais que os representam. Por isso, temos a educação do campo, educação para portadores de necessidades especiais, a educação escolar indígena e atualmente, devidamente estruturada, a educação escolar quilombola. Desde a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, à Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em 2001, que o nosso país tem premiado a população afro-brasileira com a possibilidade de frequentar a escola, basicamente o ensino básico.

Página | 384

A partir de 2008, deu-se grande movimentação em torno da preparação do Plano Nacional de Educação – PNE 2011-2020. De 28 de março a 1º de abril de 2010 ocorreu a Conferência Nacional de Educação – CONAE, cujo eixo VI se voltou para a Educação Escolar Quilombola, indicando os seguintes pontos fundamentais: a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional; b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local; c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) dos/as profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo; d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados; e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas; f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização; g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola – (PNE) visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica; h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas

Como vem sendo tratada, a Educação Escolar Quilombola é parte integrante do denominado Sistema Nacional de Educação (SNE), mas voltada a aspectos específicos de comunidades quilombolas espalhadas por todo o Brasil. Por isso, esse modelo de

educação não rompe com o macroprojeto de educação nacional. É apenas uma maneira de se focar mais intensamente a população quilombola em idade escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente foram certificadas 64 comunidades quilombolas em Alagoas espalhadas por 33 municípios e uma em processo de certificação. Boa parte delas sem prédio escolar e naquelas onde há ensino só funciona a primeira fase do nível fundamental. Constata-se, desse modo, que a escolarização dos quilombolas alagoanos se submete às prerrogativas municipais.

Das muitas comunidades visitadas, somente duas têm o ensino fundamental completo – Pau D’Arco, no município de Arapiraca e Bom Despacho, no município de Passo de Camaragibe. Não se tem notícia da quantidade de alunos quilombolas matriculados nas redes municipais do Estado, pois essa distinção ainda está por fazer e nem se sabe quantos repetem o ano letivo e o número dos evadidos. Costumeiramente essas escolas quilombolas atendem aos alunos da primeira fase do ensino fundamental.

O desconhecimento do que seja Educação Escolar Quilombola é predominante e as ações escolares são marcadamente pontuais, sempre voltadas para demonstrações culturais – festas comemorativas, 20 de novembro, desfile com amostras da cultura afro, escolha da pérola negra e do diamante negro e afloram em algumas escolas projetos marcadamente quilombola, como acontece na comunidade de Pau D’Arco. No geral a Educação Escolar Quilombola ainda está por vir.

Durante os dias 24 e 28 de setembro de 2012, a Secretaria de Educação do Estado – SEE, através do núcleo de Diversidade, em colaboração com o Centro de Estudos Superiores de Maceió CESMAC promoveu o primeiro seminário sobre Educação Escolar Quilombola, que contou com a participação de diversos professores e professoras de alguns municípios, porém o evento não atingiu a 50% dos municípios onde há comunidade quilombola.

Outro aspecto que ficou evidente foi a não participação de professor quilombola, pois esse indivíduo ainda é raro no nosso Estado. Não se pode dizer que o evento foi verdadeiro fracasso pela importância dos temas estudados, bem como pelo alto nível dos palestrantes, como a Dra. Denise Botelho, o Dr. Moisés Santana e a mestra quilombola de Conceição das Crioulas, Salgueiro, Pernambuco, Maria Givânia. Bom destacar também o esforço do professor Zezito Araújo em ver implementada a Educação Escolar

Quilombola nas comunidades quilombolas alagoanas e naquelas receptoras de estudantes quilombolas.

O universo de famílias quilombolas chega a 4.276 se somados os números de família por comunidade, conforme noticiado no *site* do Instituto de Terras de Alagoas – ITERAL. Assim, pode-se conjecturar existirem 25.000 alunos quilombolas em Alagoas. Contudo, vemos a grande relevância dos estudos nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi visto no decorrer deste trabalho, que o Estado brasileiro tem incrementado de muitas formas a educação escolar dos afro-brasileiros e ultimamente tem se voltado para a educação escolar dos quilombolas. Para desencadear este modelo de educação escolar a Conferência Nacional de Educação – CONAE, no eixo VI tratou especificamente da Educação Escolar Quilombola, por ocasião da elaboração do Plano Nacional de Educação – PNE 20011-2020. Posteriormente referendado pelo I Seminário Nacional de Educação Quilombola e mais recentemente pela publicação das Diretrizes Nacionais de Educação Escolar Quilombola.

Viu-se também que em Alagoas o processo ainda não deslanchou, mas houve entre os dias 24 e 28 de setembro de 2012 um encontro sobre a temática Educação Escolar Quilombola, que não contou com muitas representações dos municípios, mas foi de grande importância, pois se constitui no marco de futuras e importantes discussões. Enfim, foi visto que este modelo de educação atende às prerrogativas do Banco Mundial para os países periféricos, como é o caso do Brasil, com vistas a conservar a sociabilidade neoliberal com predominância da lógica do mercado.

Tem-se como de muita importância a Educação Escolar Quilombola da maneira como vem sendo tratada pelo Estado nacional. Porque tanto pode contribuir na sistematização do consenso através do trabalho das consciências dos envolvidos, como pode se tornar em fator contributivo no processo de lutas dessas comunidades. Se por ora está sendo gerida e dinamizada pelo Estado, a qualquer momento pode se fortalecer e adquirir feição própria e desse modo transmitir às novas gerações quilombolas os conhecimentos necessários que venham a contribuir na construção de uma sociabilidade plenamente humana. Porém isto não é fácil, pois se vive momentos contra revolucionários, mas não é impossível.

Para qualquer professor/a ou outrem interessado neste modelo de educação, faz-se necessário adquirir/aprimorar uma teoria revolucionária que aspire a superar a sociabilidade do capital pelo trabalho livre e associado, sem negar as lutas das comunidades, a começar pelas lutas voltadas à definição de seus territórios, por melhorias na área de saúde, moradia, saneamento básico, como também as de combate ao racismo e a discriminação. Todas essas lutas são de muitíssima importância, sobretudo se embasadas numa teoria que aponte para a superação do Estado, do capital e da propriedade privada.

A fim de dar cumprimento a este desiderato, vale ressaltar cinco requisitos importantíssimos elaborados por Tonet (2005, p.232) capazes de orientar as atividades educativas. Ei-las: primeiro – domínio amplo e aprofundado a respeito do fim a que se quer atingir; segundo – apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico real, em suas dimensões universais e particulares; terceiro – conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação; quarto – domínio dos conteúdos específicos, próprios de cada área do saber, sejam eles integrantes das ciências da natureza ou das Ciências Sociais ou da Filosofia; e quinto – proceder à articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva. De posse desses requisitos tanto a educação em geral como a Educação Escolar Quilombola tenderá a compactuar com a construção de uma sociedade plenamente emancipada.

REFERÊNCIAS

1. ALAGOAS. Instituto de Terras de Alagoas (ITERAL). **Comunidades Quilombolas Alagoanas**. Disponível em < <http://iteral.al.gov.br>>. Acesso em 20 ago. 2011.
2. BANCO MUNDIAL. **Projeto Brasil Justo, Competitivo e Sustentável**. Disponível em: <http://www.web.worldbank.com>. Acesso em: 12 mar. 2012
3. BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: EDUFAL, 2009.

4. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, DF, 2010.
5. FRERES et al. Governo e empresariado: a grande aliança em prol do mercado da educação para todos. In: **Marxismo, educação e luta de classes**. Fortaleza: EDUECE, 2010.
6. GOMES, Nilma Lino. In: **DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA**. Disponível em: <<http://www.xa.yimg.com/kq/groups/>>. Acesso em: 20 Jul. 2012.
7. JIMENEZ et al. **Marxismo, Educação e Luta de Classes**: pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos. Fortaleza: EdUECE, 2010.
8. _____ et al. **Marxismo, Educação e Luta de Classes**. Teses e conferências do II encontro regional trabalho, educação e formação humana. Fortaleza: EDUECE, 2008.
9. JUSTAMAND, Michel. **Neoliberalismo**: a máscara atual do capital. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
10. MESZAROS, Istvan. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.
11. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Educação Escolar Quilombola**: Pilões, Peneiras e Conhecimento Escolar. Curitiba, Paraná: SEED, 2010.
12. MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Secadi, 2008.
13. **SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA I**, 2010, Brasília: MEC. Disponível em < <http://educacaoquilombola.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 mar.2011.

14. MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.